



FLUXOS INTRARREGIONAIS: UM ESTUDO SOBRE A DEMANDA POR SERVIÇOS HOSPITALARES NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE (RMVPLN)

Marcela Façanha Silva Siqueira¹
Adriane Aparecida Moreira de Souza²
Quésia Postigo Kamimura³

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os dados sobre a demanda por serviços de saúde pública e o fluxo demográfico intrarregional na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), no período de janeiro de 2020 a junho de 2023. Na Região, observa-se uma concentração de infraestrutura de serviços públicos hospitalares na cidade de São José dos Campos, para onde, os fluxos convergem com maior intensidade.

Palavras-chave: fluxos demográficos; serviços públicos de saúde; RMVPLN; São José dos Campos.

INTRAREGIONAL FLOWS: A STUDY ON THE DEMAND FOR HOSPITAL SERVICES IN THE METROPOLITAN REGION OF VALE DO PARAÍBA AND LITORAL NORTE (RMVPLN)

Abstract: *The objective of this article is to analyse data on the demand for public health services and intraregional demographic flows in the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and Litoral Norte (RMVPLN) from January 2020 to June 2023. In the region, there is a concentration of public hospital service infrastructure in the city of São José dos Campos, where flows converge with greater intensity.*

Keywords: *demographic flows; public health services; RMVPLN; São José dos Campos.*

1 Introdução

Nas últimas décadas diversos estudos têm-se voltado à discussões sobre o sistema de saúde pública brasileiro, envolvendo questões sobre demandas sociais, distribuição espacial das unidades e oferta de serviços hospitalares públicos.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), constituída por 39 municípios, possui de acordo com dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2.264.594 milhões de habitantes. Nesta, encontram-se instalados 73 hospitais, sendo 68 privados e 14 públicos.

¹ Professora de graduação nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté, Pós Graduação em Gestão Estratégica de Projetos pela Fundação Armando Alvares Penteado. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0187-8582>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1990702021757208>.

² Graduada em Geografia pela Universidade do Vale do Paraíba, mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional. Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova, 12244000 - São José dos Campos, SP - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3199-8374> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4811577759329677>.

³ Pós-doutorado e Doutorado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Professora em alguns cursos de pós-graduação. Universidade de Taubaté. Rua Expedicionário Pereira, 225, Centro, 12020-000 - Taubate, SP - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9270-4010>, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/11nq.com/dp9ijxs>.



Localizado a 80 km da cidade de São Paulo e integrante da RMVPLN, encontra-se o município de São José dos Campos, que com 697.054 (IBGE, 2022) habitantes é o mais populoso da Região. A cidade de São José dos Campos é dotada de infraestrutura urbana técnica, comunicacional e informacional, que permite a fluidez de bens imateriais relacionados ao conhecimento, à informação, a finanças e que contribui para o desenvolvimento de estratégias de negócios e operações logísticas, conforme apontam os estudos de Santos (2008).

Em São José dos Campos estão localizadas importantes instituições de ensino e pesquisa, empresas de base tecnológica, sendo o município reconhecido mundialmente como um centro da produção de conhecimento e de tecnologia voltado ao setor aeroespacial. Na RMVPLN, São José dos Campos se destaca por atrair e concentrar investimentos do setor industrial e de serviços, exercendo, dessa forma, um papel de centralidade entre os demais municípios da Região.

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo IBGE em 2018, demonstra o sentido de centralidade de uma unidade urbana no contexto regional a partir da forma como determinada hierarquia urbana se apresenta, considerando, para isso, a identificação de “centros urbanos que possuem determinados equipamentos e serviços e que atraem populações de outras localidades”. Nesse contexto, a REGIC (IBGE, 2018) esclarece:

A oferta diferenciada de bens e serviços entre as cidades faz com que populações se desloquem a centros urbanos bem equipados para adquirirem serviços de saúde e educação ou buscar um aeroporto, por exemplo. Conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos fluxos de bens, serviços e gestão é um importante instrumento para se realizar escolhas locais, tais como decidir a localização de uma universidade, de um hospital ou decidir a localização de uma filial de empresa (IBGE, 2018).

Em comparação com as demais cidades que compõem a RMVPLN, São José dos Campos se destaca pela infraestrutura do setor da saúde, em especial pela oferta de serviços hospitalares. Dados de 2023 da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) mostram que, enquanto São José dos Campos, com população de 629.921 habitantes (IBGE, 2022), possui 27 hospitais e 925 consultórios, a cidade vizinha Jacareí, com 240.275 habitantes (IBGE, 2022), possui apenas seis hospitais, sendo todos da rede privada.

Dado o exposto, o presente artigo pretende responder à seguinte questão: Como se apresentam a demanda e a oferta de serviços públicos hospitalares na RMVPLN considerando os fluxos intrarregionais?

Nesse contexto, o artigo encontra-se organizado em cinco seções, sendo a primeira a Introdução ora apresentada; a segunda é dedicada à apresentação de uma breve contextualização da saúde no Brasil. A terceira seção refere-se a uma discussão, a partir da contextualização socioeconômica da RMVPLN, com destaque para o município de São José dos Campos, sobre a



oferta de infraestrutura hospitalar. A quarta seção apresenta dados referentes aos atendimentos em hospitais públicos realizados em São José dos Campos, considerando o local de origem dos atendidos, a fim de demonstrar a mobilidade por serviços hospitalares entre localidades. Por fim, na quinta seção, são realizadas algumas considerações sobre a mobilidade intermunicipal no processo de regionalização da saúde e a centralidade de São José dos Campos.

2 Breve contextualização sobre a saúde no Brasil

Em uma rápida busca em plataformas de pesquisa acadêmica, utilizando-se as palavras-chave “serviços públicos de saúde”, “oferta” e “demanda”, percebe-se a atenção que vem sendo destinada a temas relacionados à saúde, principalmente em pesquisas desenvolvidas na área de Ciências Sociais Aplicadas.

A esse respeito, ressalta-se a pesquisa realizada em duas plataformas digitais de trabalhos acadêmicos. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT), apontou que no período de 2004 a 2024, ou seja, durante os últimos 20 anos, foram publicados 716 estudos, sendo 526 dissertações e 190 teses. Na plataforma do Google Acadêmico tendo como referência o mesmo período, foram identificados cerca de 20.100 trabalhos acadêmicos e artigos científicos com temáticas relacionadas à serviços públicos de saúde no Brasil.

No que se refere a trabalhos acadêmicos sobre fluxos intrarregionais, demanda e oferta de serviços de saúde, destaca-se a tese intitulada “Saúde e mobilidade: deslocamentos populacionais frente à organização dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS)”, da pesquisadora Luiza Nogueira Losco, defendida em 2020 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Neste estudo, a autora buscou compreender como se configura a mobilidade populacional em busca do atendimento aos serviços de saúde, a fim de verificar a percepção dos usuários que não residem no município de Campinas e utilizam os serviços do Hospital de Clínicas da referida universidade.

Um dos nomes mais citados em estudos sobre mobilidade é o do demógrafo Daniel Courgeau. Em sua tese, Losco (2020, p. 46-47) esclarece:

como discorre Courgeau (1988), se a população se move no espaço, estes deslocamentos estão longe de serem aleatórios. Para compreender os processos que envolvem os deslocamentos da população, é necessário considerar tanto a dimensão espacial quanto a temporal. [...] Segundo Courgeau (1988), uma das conceituações da mobilidade da população pelo espaço é a migração vista como uma mudança de residência. Este conceito se aproxima com o que as Nações Unidas consideram por migração, acima demonstrado. Mas o autor compreende que, inicialmente, é necessário designar a residência, como sendo um local onde um indivíduo retorna de maneira regular ou onde habitam parentes ou outras formas de relações que são capazes de indicar onde é possível encontrar esse indivíduo (Losco, 2020, p. 46-47).



Dada a importância da discussão sobre a saúde pública no Brasil, deve-se considerar, ainda que brevemente, alguns momentos que marcaram o início da institucionalização deste setor no País. No Brasil, a saúde é um direito fundamental, e sua provisão equitativa é um dever do Estado estabelecido pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste contexto, foram criadas as bases para o Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentado pelo Direito Universal à Saúde, cujos princípios são:

Universalidade – é a garantia de atenção à saúde por parte do sistema a todo e qualquer cidadão;

Equidade – é assegurar ações e serviços de todos os níveis de complexidade a todo o cidadão;

Integralidade – o sistema deve ver a pessoa como um todo e não como partes separadas, e o indivíduo faz parte de uma sociedade, portanto, as ações de saúde devem ao mesmo tempo estar voltadas para o individual e para a comunidade (BRASIL, 2024).

Os princípios da Regionalização e Hierarquização dos serviços de saúde oferecidos pelo SUS devem ser organizados em uma área geográfica delimitada de forma que os cidadãos sejam atendidos da melhor forma possível. A esse respeito, Faria e Bortolozzi (2012, p. 432) esclarecem:

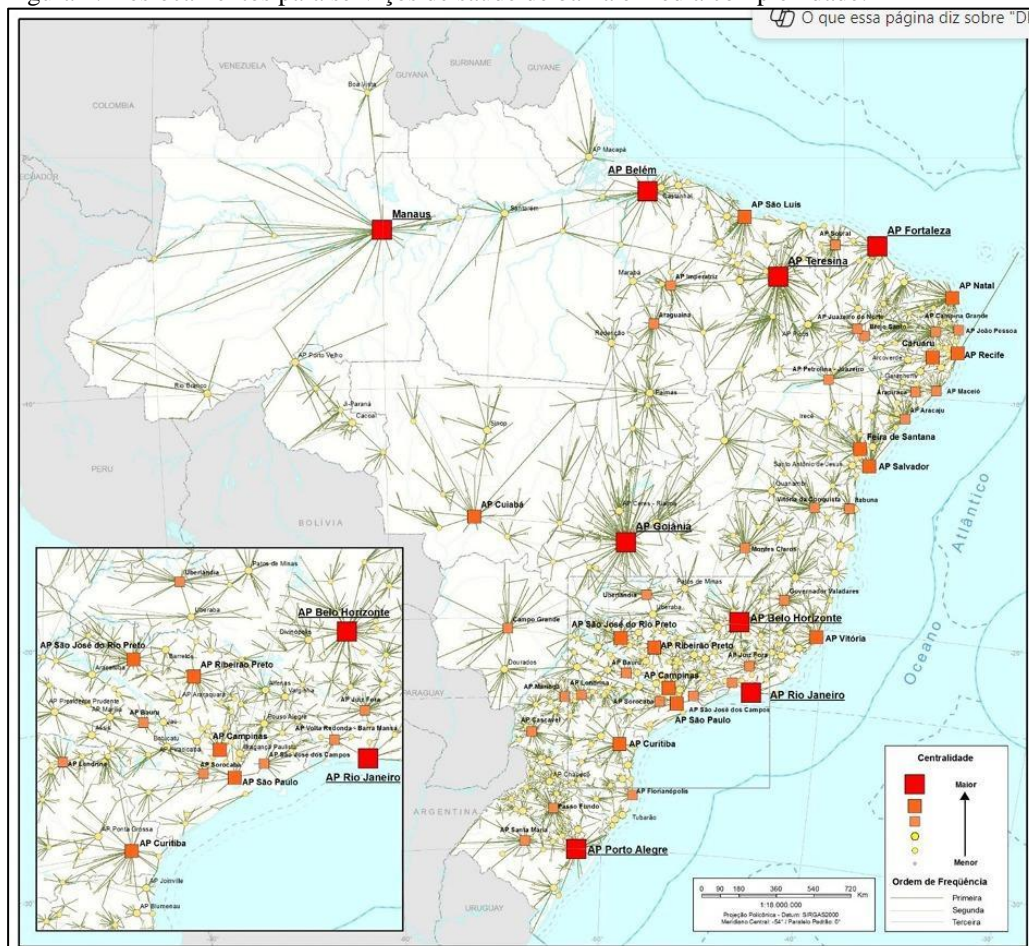
Isso significa que o território ou a gestão do território é a condição fundamental para o acesso, por sua vez, é a condição para a universalidade, equidade e integralidade do sistema. Exatamente por isso e entendendo que não há acesso sem que se organizem territorialmente os serviços, o SUS foi pensado a partir de uma base ou estrutura territorial (Faria; Bortolozzi, 2012, p. 432).

Os princípios de regionalização e hierarquização dos serviços de saúde oferecidos pelo SUS devem ser organizados em uma área geográfica delimitada, de forma que os cidadãos sejam atendidos da melhor maneira possível. Dessa forma, o território, em suas diferentes escalas, apresenta particularidades e problemas, e, nesse contexto de heterogeneidade espacial, a saúde pública precisa considerar os diferentes cenários e alinhar-se a cada um deles de maneira precisa, reconhecendo, na dinâmica social própria desses territórios, a importância de atuar diretamente nas interfaces da saúde coletiva.

Dados elaborados pela REGIC (IBGE, 2018) apontam os fluxos demográficos para serviços de atendimento básico e de média complexidade no País (Figura 1). Tal como demonstra o mapa, a população se desloca com maior intensidade para as capitais dos estados brasileiros. No entanto, em todos os estados aparecem cidades de menor porte, que, de alguma forma, parecem

funcionar como lugares centrais para a região em que se encontram localizadas. Nesse contexto, destacam-se as cidades de Campinas e São José dos Campos, que, mesmo localizadas a menos de 100 km da capital paulista, aparecem como centros de influência no âmbito dos serviços de saúde de baixa e média complexidade.

Figura 1: Deslocamentos para serviços de saúde de baixa e média complexidade.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

3 A saúde na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) com ênfase no município de São José dos Campos

Instituída em 2012 pelo governo do estado de São Paulo (Lei Complementar nº 1.166/2012), a RMVPLN é composta por 39 municípios, distribuídos entre as regiões do Vale do Paraíba Paulista, Serrana e Litorânea. Dados do último censo do IBGE mostram que, em 2022, a RMVPLN possuía 2.264.594 habitantes, sendo 94% residentes em áreas urbanas. Na Região, São José dos Campos, com 629.921 habitantes, destaca-se como o mais populoso e o mais urbanizado no contexto populacional (Quadro 1 e Figura 2).

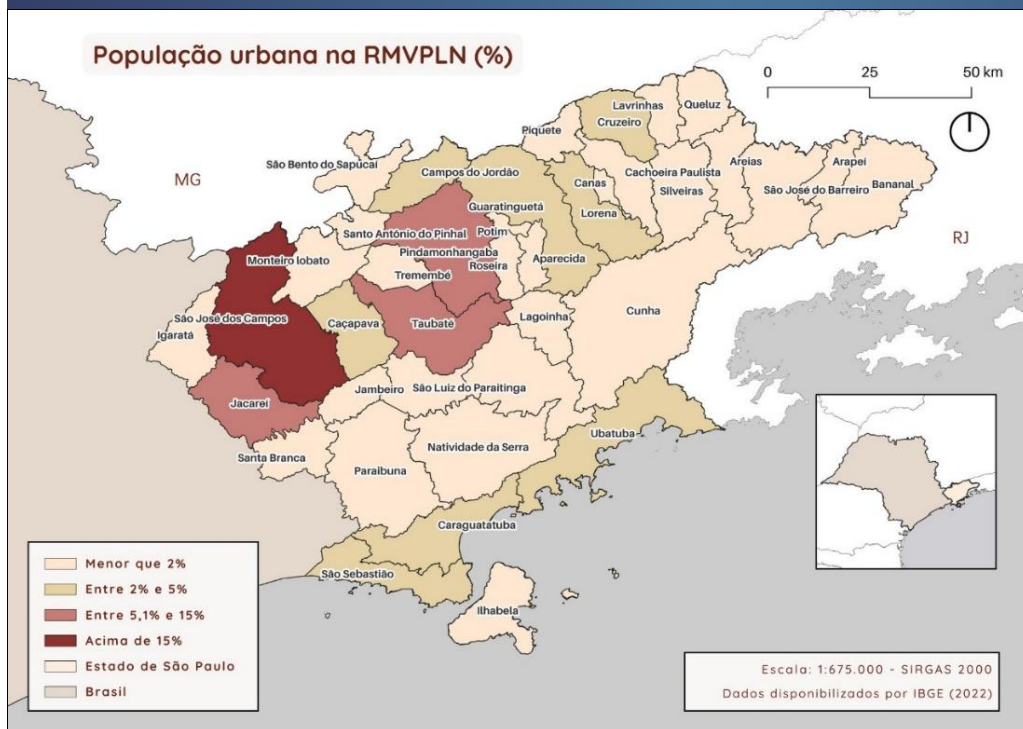
Quadro 1: População Total, Urbana e Rural – Municípios da RMVPLN – IBGE 2022.



Municípios	População (IBGE, 2022)	Participação % RMVPLN	População Urbana	% urbanização do município em relação à RMVPLN	População Rural
São José dos Campos	629.921	27,82	617.106	29	12.815
Taubaté	278.686	12,31	272.673	12,8	6.013
Jacareí	211.214	9,33	208.297	9,8	2.917
Pindamonhangaba	146.995	6,49	141.708	6,6	5.287
Guaratinguetá	112.072	4,95	106.762	5	5.310
Caraguatatuba	100.840	4,45	96.673	4,5	4.167
Caçapava	84.752	3,74	72.517	3,8	12.235
Lorena	82.537	3,64	80.173	3,6	2.364
Ubatuba	78.801	3,48	76.907	3,5	1.894
Cruzeiro	77.039	3,40	75.076	3,4	1.963
São Sebastião	73.942	3,27	73.109	3,4	833
Campos do Jordão	47.789	2,11	47.491	2,2	298
Tremembé	40.984	1,81	36.936	1,7	4.048
Aparecida	35.007	1,55	34.498	1,6	509
Cachoeira Paulista	30.091	1,33	24.572	1,3	5.519
Ilhabela	28.196	1,25	28.002	1,2	194
Cunha	21.866	0,97	12.167	0,7	9.699
Potim	19.397	0,86	14.709	0,6	4.688
Paraibuna	17.388	0,77	5.242	0,6	12.146
Piquete	14.107	0,62	13.212	0,6	895
Santa Branca	13.763	0,61	12.140	0,4	1.623
Queluz	11.309	0,50	9.275	0,4	2.034
São Bento do Sapucaí	10.468	0,46	5.040	0,4	5.428
São Luiz do Paraitinga	10.397	0,46	6.180	0,3	4.217
Bananal	10.223	0,45	8.157	0,3	2.066
Roseira	9.599	0,42	9.116	0,3	483
Igaratá	8.831	0,39	7.005	0,2	1.826
Natividade da Serra	6.678	0,29	2.788	0,2	3.890
Lavrinhas	6.590	0,29	6.049	0,2	541
Santo Antônio do Pinhal	6.486	0,29	3.855	0,2	2.631
Silveiras	5.792	0,26	2.879	0,1	2.913
Jambeiro	5.349	0,24	2.561	0,1	2.788
Lagoinha	4.841	0,21	3.138	0,1	1.703
Canas	4.385	0,19	4.070	0,1	315
Monteiro Lobato	4.120	0,18	1.778	0,1	2.342
São José do Barreiro	4.077	0,18	2.869	0,1	1.208
Redenção da Serra	3.873	0,17	2.213	0,1	1.660
Areias	3.696	0,16	2.478	0,1	1.218
Arapeí	2.493	0,11	1.875	0,1	618
RMVPLN (Total)	2.264.594	100	2.131.296	100,0	133.298

Fonte: IBGE, 2022. Censo Brasileiro de 2022. Elaborado pelas autoras.

Figura 2: População Urbana na RMVPLN.

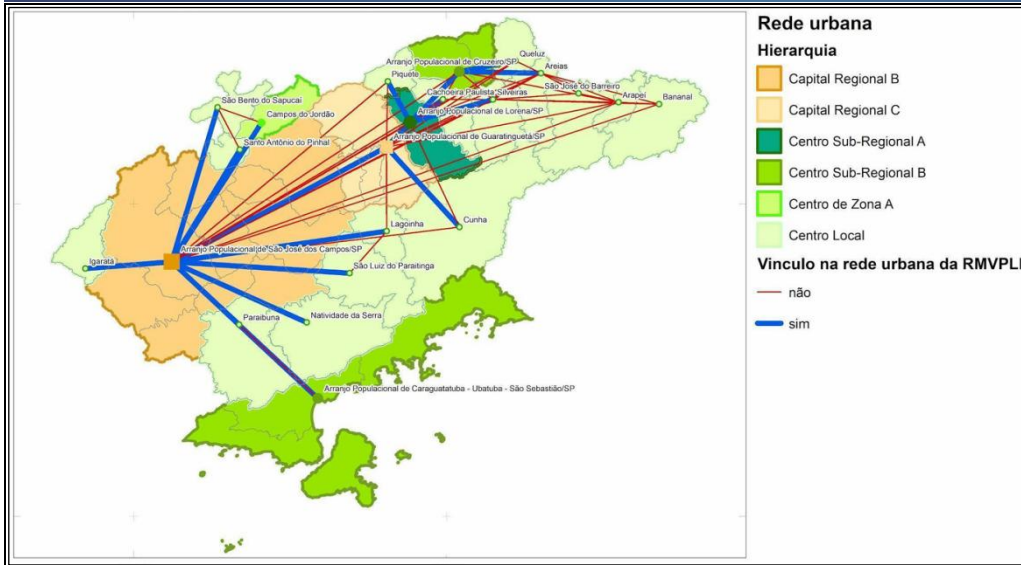


Fonte: IBGE, 2022. Censo Brasileiro de 2022. Elaborado pelas autoras.

Em 2021, segundo dados do IBGE, a RMVPLN produziu um Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de R\$ 157.330.918,71. Mais uma vez deve ser dado destaque a São José dos Campos, cujo montante de R\$ 45.208.807,94, correspondente a 29% do total, foi o maior produzido na Região.

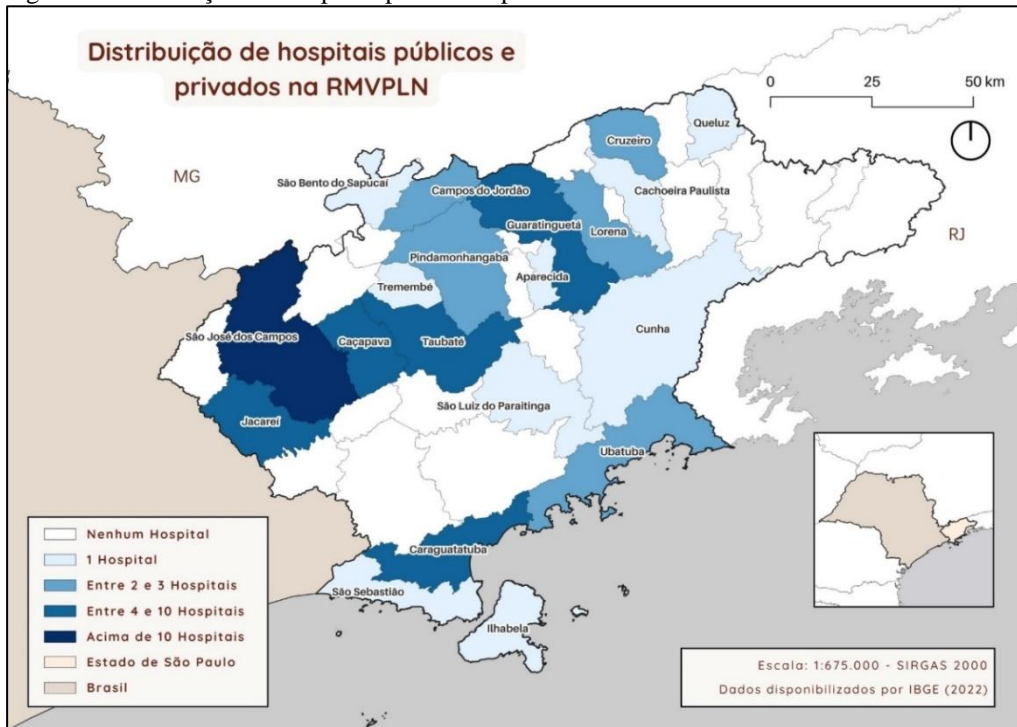
Assim como grande parte dos municípios do Vale do Paraíba Paulista, São José dos Campos é atravessado pela Rodovia Presidente Dutra, importante eixo de escoamento de mercadorias e de deslocamento de pessoas na Região, além de via de acesso a outras localidades do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Passam ainda pelo município a Rodovia dos Tamoios (SP-99), que conecta São José dos Campos a cidades do Litoral Norte do estado; e a Rodovia Governador Carvalho Pinto (SP-70), que facilita a fluidez entre São José dos Campos e a cidade de Taubaté, bem como com a capital paulista. O município também se conecta à região serrana da RMVPLN por meio das rodovias Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123) e Monteiro Lobato (SP-50), sendo esta última uma importante via de acesso à região do sul de Minas Gerais (Figura 3).

Figura 3: Vias de acesso na RMVPLN.



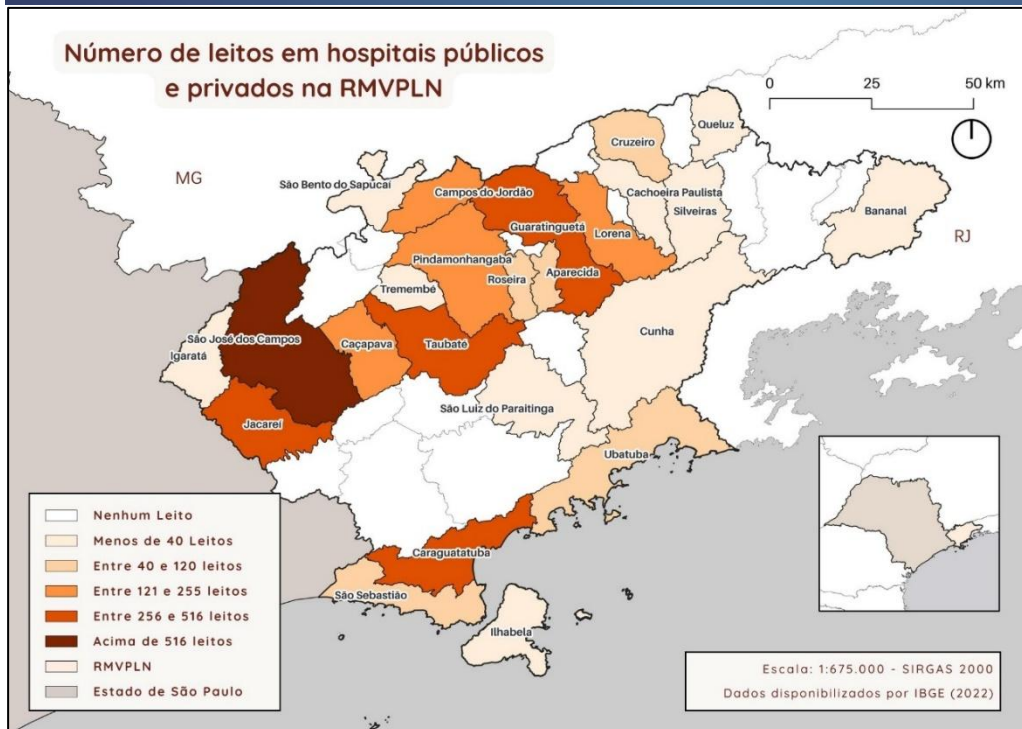
Fonte: IBGE, 2018.

Figura 5: Distribuição de Hospitais públicos e privados na RMVPLN.



Fonte: Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2023). Elaborado pelas autoras.

Figura 6: Número de leitos em hospitais públicos e privados na RMVPLN.



Fonte: Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2023). Elaborado pelas autoras.

Diante dos dados apresentados, verifica-se que 15 municípios da RMVPLN não possuem infraestrutura hospitalar suficiente para atender à população, e que São José dos Campos é o município que mais se destaca em termos de infraestrutura hospitalar e número de leitos. Dessa forma, na próxima seção, são apresentados dados sobre os deslocamentos da população da RMVPLN em busca de serviços de saúde.

4 Resultados e discussão

Dados da REGIC (IBGE, 2018) sobre deslocamentos para serviços de saúde de baixa e média complexidade, sem a implicação de internações, mostram que São José dos Campos, aparece na 12ª posição em relação às 30 cidades brasileiras de porte demográfico intermediário, sendo a única da RMVPLN mencionada (Figura 7).



Figura 7 - Cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para serviços de saúde de baixa e média complexidade – 2018.

Ranking	Cidade	Centralidade temática (IAT - IA)	Ranking	Cidade	Centralidade temática (IAT - IA)
1	Brejo Santo (CE)	479 615,9	16	AP São José do Rio Preto/SP	178 731,5
2	AP Teresina/PI	383 290,3	17	Manaus (AM)	157 754,7
3	Itabuna (BA)	347 193,2	18	Botucatu (SP)	155 291,4
4	Passo Fundo (RS)	326 117,5	19	Arcoverde (PE)	153 968,8
5	AP Sobral/CE	316 234,7	20	Uberlândia (MG)	147 417,1
6	Araguaína (TO)	310 409,1	21	AP Tubarão - Laguna/SC	147 232,4
7	Governador Valadares (MG)	284 727,2	22	Santo Antônio de Jesus (BA)	147 008,4
8	AP Sorocaba/SP	283 282,1	23	Garanhuns (PE)	146 628,8
9	Feira de Santana (BA)	265 636,9	24	Assis (SP)	144 769,7
10	AP Volta Redonda - Barra Mansa/RJ	233 166,6	25	Irecê (BA)	144 212,5
11	Pouso Alegre (MG)	206 252,7	26	Patos de Minas (MG)	142 067,4
12	AP São José dos Campos/SP	196 366,4	27	AP Ribeirão Preto/SP	141 039,4
13	AP Cascavel/PR	191 900,9	28	Guanambi (BA)	140 158,4
14	AP Ceres - Rialma/GO	183 357,4	29	AP Pato Branco/PR	140 085,5
15	Caruaru (PE)	179 054,3	30	Uberaba (MG)	139 002,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

Informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (2023) mostram que, no período de janeiro de 2020 ao primeiro semestre de 2023⁴, o Hospital Público de Clínicas Sul⁵ atendeu 37.433 pessoas residentes em outras localidades, sendo 35.108 (93%) de residentes de outros municípios da RMVPLN, 678 (1,8%) habitantes de outros municípios do estado de São Paulo⁶ e 1.647 (4,3%) residentes de outros estados do País.

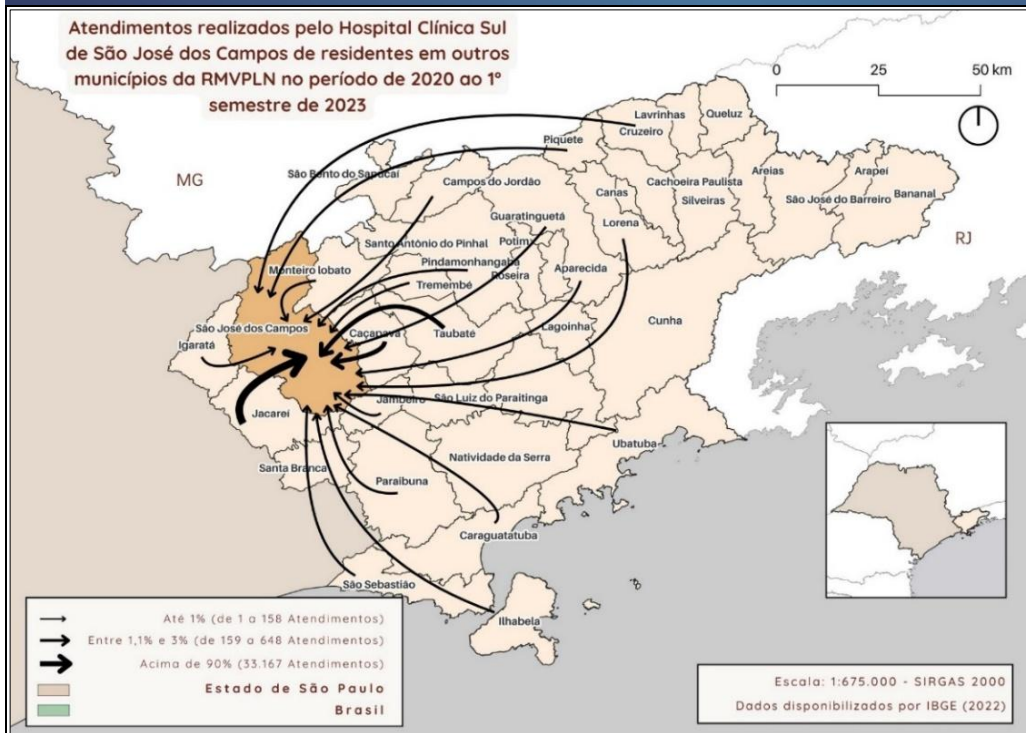
Do total de 35.108 atendimentos a pessoas residentes em outros municípios da RMVPLN, 33.167 (91%) corresponderam a habitantes do município de Jacareí, seguido de outros municípios da Região, dos quais foram atendidas de uma a 648 pessoas, totalizando 1.647 (4,3%) (Figura 8).

Figura 8: Atendimentos realizados no Hospital Clínica Sul em São José dos Campos no período de 2020 a 1º Semestre de 2023 de pessoas oriundas de outras localidades da RMVPLN.

¹ Em relação ao período (janeiro de 2020 ao primeiro semestre de 2023) observa-se que parte dos dados coincide com o momento da pandemia do Corona Virus Disease 2019 (COVID-19). A pandemia de Covid-19 foi anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, a doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2 contaminou cerca de 655 milhões de pessoas no mundo (BRASIL, 2025). Segundo o Ministério da Saúde (2025) no período de 2020 até abril de 2025 foram registrados na RMVPLN 2.784.658 casos acumulados da doença e 97.454 óbitos.

² A unidade pública hospitalar é considerada de pequeno porte por possuir capacidade de até 50 leitos. Tem funcionamento de 24 horas, sete dias por semana, e está habilitada a resolver grande parte das urgências e emergências (Portaria do Ministério da Saúde nº350, de 09/03/2004, DOU 10/03/2004).

³ No grupo de outras localidades do estado de São Paulo (678), a capital do estado foi a que apresentou o maior número de atendimentos (534).

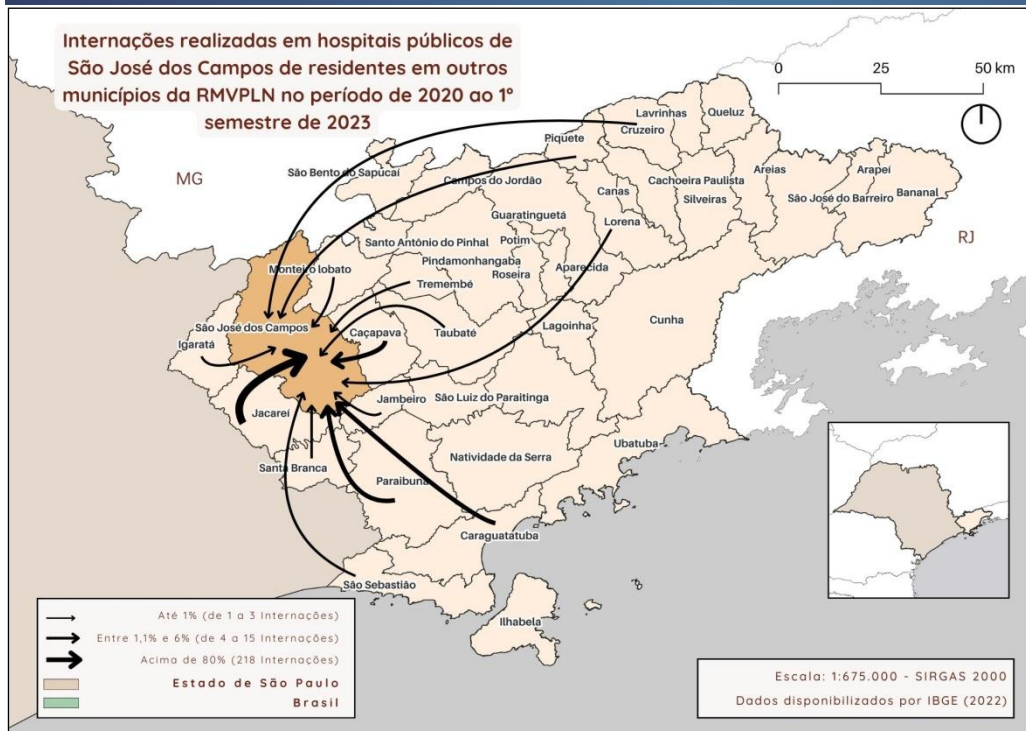


Fonte: Secretaria de Saúde da Cidade de São José dos Campos, 2023. Elaborado pela Autoras.

Em relação ao número de internações realizadas em São José dos Campos, dados disponibilizados pela Prefeitura da cidade mostram que, no mesmo período, 5.555 pessoas foram internadas em unidades hospitalares públicas localizadas na cidade. Desse total, 287 (5,1%) eram residentes de outras localidades, sendo 261 (91%) de outros municípios da RMVPLN, 14 (4,8%) de outros municípios do estado de São Paulo e 12 (4,1%) de cidades localizadas em outros estados, como Rio de Janeiro (5 internações), Minas Gerais (3 internações) e os estados do Paraná, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul, cada qual com uma internação. Do total de internações de 261 pessoas oriundas de outros municípios da RMVPLN, 218 (84%) eram residentes no município de Jacareí, ressaltando, mais uma vez, a dependência desse município em relação aos serviços hospitalares oferecidos por São José dos Campos (Figura 9).

Considerando o apresentado, verifica-se que São José dos Campos é referência na oferta de serviços de saúde na LN e tal RMVPLN qual os dados mostrados para outras localidades do estado de São Paulo. A centralidade de São José dos Campos, indica, porém, um contexto de desigualdade no oferecimento de serviços de saúde na Região, sendo, como apontado, 15 municípios sem nenhum tipo de hospital. A implementação de políticas públicas voltadas à saúde é um desafio que precisa ser superado, de modo a garantir o acesso a esse direito social.

Figura 9: Internações realizadas no Hospital Clínica Sul em São José dos Campos no período de 2020 ao 1º Semestre de 2023 de pessoas oriundas de outras localidades da RMVPLN



Fonte: Secretaria de Saúde da Cidade de São José dos Campos, 2023. Elaborado pelas autoras.

Nesse sentido, identificar os fluxos populacionais relacionados à demanda por serviços de saúde na RMVPLN torna-se fundamental para a compreensão de como as políticas públicas de saúde, derivadas das esferas federal, estadual e municipal, vêm sendo implementadas, a fim de garantir o direito à saúde de qualidade à população residente na Região.

5. Considerações finais

Considerando os dados apresentados, verifica-se que o município de São José dos Campos se destaca por possuir a maior oferta de serviços hospitalares na RMVPLN. O município concentra 27 dos 73 hospitais públicos e privados e 1.588 dos 4.621 leitos existentes na Região, exercendo papel fundamental no atendimento às demandas por serviços de saúde. De acordo com o REGIC (IBGE, 2018), São José dos Campos ocupa a 12ª posição entre as 30 cidades brasileiras intermediárias na oferta de serviços de saúde de baixa e média complexidade. Tal configuração insere o município no contexto apontado por Assis (2004), segundo o qual, em uma região, tende a existir um polo para o qual a população se desloca a fim de acessar bens e serviços.

Essa concentração de infraestrutura hospitalar, associada às condições socioterritoriais, favorece o deslocamento da população residente em outros municípios em direção a São José dos Campos. O estudo demonstrou que, dos 39 municípios da RMVPLN, 15 (Arapeí, Areias, Canas, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Piquete, Potim, Redenção da Serra, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal e São José do Barreiro) não possuem



qualquer tipo de infraestrutura hospitalar, o que reforça a dependência regional em relação ao município-polo.

Em contraponto à centralidade exercida por São José dos Campos na RMVPLN, os dados analisados demonstraram a insuficiência ou mesmo a ausência de infraestrutura hospitalar em alguns municípios da Região, obrigando a população a se deslocar, muitas vezes por longas distâncias, para acessar serviços de saúde.

Desse modo, pensar a saúde implica ter como premissa o atendimento ao que estabelece a Constituição Federal, que garante, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso a serviços territorialmente descentralizados — de modo a evitar longos deslocamentos — e integrados regionalmente por meio das redes de atenção à saúde.

6. Referências

ASSIS, Jesus de Paula; SANTOS, Milton. **Testamento Intelectual**. Maria Encarnação Beltrão Sposito (Colaboradora). São Paulo: Unesp, 2004.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). **Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT)** - Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=servi%C3%A7os+p%C3%BAblicos+de+sa%C3%BAde%2C+oferta%2C+demanda&type=AllFields&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2004&publishDateto=2024>. Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **ABC do SUS: Doutrinas e princípios**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf. Acesso em: 31 mai. 2024.

FARIA, Rivaldo Mauro de; BORTOLOZZI, Arlêude. **A territorialização como proposta para organização da atenção básica à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS): análise de uma prática geográfica da saúde**. Revista Geografia, Rio Claro, SP, v. 37, n. 3, p. 431-444, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jSZ7b65YpPSTwLfyWpRhg5z/>. Acesso em: 21 mai. 2024.

FUNDAÇÃO SEADE. **Sistema Seade de Projeções Populacionais**. Governo do Estado de São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/>. Acesso em 2 jun. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTD. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Brasil_e_UFs.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf. Acesso em: 22 mai. 2024.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **REGIC 2018**. Regiões de Influência das Cidades. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 2 jun. 2024.

LOSCO, Luiza Nogueira. **Saúde e mobilidade**: deslocamentos populacionais frente à organização dos serviços do sistema único de saúde (SUS). Tese (doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, p.46-47. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1162055>. Acesso em: 28 mai. 2024.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente**. Revista Geosul. v. 3 n. 5 p. 90-91 (1988). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12685/11845>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura Municipal de São José dos Campos. **Secretaria de Saúde. Plano de Saúde 2022- 2025**. Comissão de Análise e Validação dos Instrumentos de Planejamento em Saúde, 2021. Disponível em: https://www.sjc.sp.gov.br/media/180547/plano_de_saude_pmsjc_2022-2025-6.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Secretaria de Saúde**. Relatório das internações e atendimentos realizados no Hospital Municipal (Vila Industrial); Hospital de Clínicas Sul (HCS); Unidades de Pronto Atendimento no período de 2020 a 2023. Disponibilizado pelo Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEP) em novembro de 2023.

SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 1.166 de 2012**. Cria a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>. Acesso em: 18 jun. 2024.